



Galvães espera a apuração do déficit, cujo estouro Pastore desmente

Simonsen vê condições vantajosas

O ex-ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, disse ontem que o Brasil pode obter condições bem mais favoráveis para a renegociação da dívida externa para o próximo ano. Durante seminário sobre a "Economia Brasileira: Perspectivas e Alternativas", promovido pelo Management Center do Brasil, Simonsen relacionou as vantagens que o Brasil pode esperar das próximas negociações e criticou as reivindicações que considera impossíveis.

Para o ex-ministro, atualmente na direção do Citicorp, o Brasil pode esperar maiores prazos de carência e de amortizações, menores spreads (taxas de riscos), negociação plurianual das necessidades de recursos para financiamento do balanço de pagamentos e até mesmo capitalização de parte dos juros. O País não deve porém esperar que os bancos concedam empréstimos a taxas inferiores à Libor (taxa interbancária de Londres) e nem negociação direta governo a governo sobre as condições de pagamento da dívida junto aos bancos privados.

"Há duas colocações insustentáveis quando se fala sobre renegociação: a de alguns políticos brasileiros que pensam ser possível a renegociação governo a governo; e a do governo norte-americano que pretende deixar a renegociação

de setor privado credor para setor privado devedor", afirmou Simonsen.

A renegociação sem a participação dos governos, segundo Simonsen, seria válida se as taxas de juros, de câmbio e regras de mercado internacional fossem estáveis. "Esses parâmetros que afetam a dívida são definidos pela política de governo e, nesse nível, deve haver uma negociação de governo a governo".

O ex-ministro considerou acertada a política de renegociação que o Brasil vem praticando e atribuiu as possibilidades de vantagens a serem obtidas a partir de agora à melhoria da balança comercial brasileira e a uma maior flexibilidade dos credores. A partir das próximas eleições nos EUA, Simonsen prevê que o déficit fiscal será reduzido, haverá menor crescimento econômico nos EUA e ficarão mais difíceis as exportações para os EUA e provavelmente mais fáceis para a Europa.

INFLAÇÃO E AJUSTES

Enquanto houver correção monetária (indexação) em níveis próximos à inflação passada, a política de combate à inflação tem poucas chances de ser eficaz, segundo o ex-ministro. Ele admitiu que a taxa inflacionária de 85 será inferior à de 84 (211%), "mas não ficará muito abaixo disso".

O economista Adroaldo Moura da

Silva, da USP, apontou quatro características que considera fundamentais para o ajuste da economia interna: a) a expansão do mercado nacional terá de ficar abaixo do crescimento econômico para que haja excedentes exportáveis; b) as taxas reais de juros permanecerão altas nos próximos anos devido à falta de recursos, porque o custo dos financiamentos externos permanecerão elevados e porque as cedernetas de poupança estabelecem um patamar mínimo de juros que ele considera alto; c) a taxa cambial deverá manter-se realista para garantir a competitividade das exportações; d) para que esse ajuste de certo, a inserção do setor público na economia terá de ser mais eficaz.

As duas primeiras características do ajustamento interno, segundo Moura da Silva, ocorrerá independentemente do candidato que venha a ser eleito para a Presidência da República. Carlos Brandão, ex-presidente do Banco Central e presidente da Andimá — Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto —, disse que com a perda de controle da base monetária, o Brasil poderá enfrentar, no futuro, maior recessão. Brandão prevê elevação das taxas de juros no segundo semestre devido, em parte, à participação dos bancos privados no financiamento das exportações.